

## Ensino do Jornalismo Cultural: uma Proposta de Inclusão Social

**Marina de Magalhães Souza\***

### Resumo

O artigo traça estratégias para o ensino do jornalismo cultural, atendendo a um novo perfil de aluno, que teve acesso às universidades nos últimos anos em virtude da abertura do setor privado, das cotas, dos financiamentos e das bolsas. Esse aluno pode se transformar num agente multiplicador de uma cultura popular ignorada pela grande mídia, em que predomina a cultura das elites, dando visibilidade e reduzindo as desigualdades. O ensino deve valorizar e agregar o saber já existente e não impor uma “cultura”.

**Palavras-chave:** educação, cultura, jornalismo, exclusão

Semana Acadêmica de Comunicação Social. Espetáculo teatral abre o evento. Platéia cheia. Alunos, professores e funcionários. A peça, uma comédia, se desenvolve. Na platéia, uma aluna imóvel, não sorri das piadas, não aplaude, não interage com os artistas, quase não respira. Fim do espetáculo. Aplausos. A aluna continua lá, em sua cadeira imóvel. Todos percebem e julgam. Ela detestou o espetáculo. O ambiente se esvazia, e a aluna continua lá. Levanta para sair. Uma professora pergunta se gostou da peça e recebe uma pergunta como resposta. “Isto é o teatro? Maravilhoso! Eu nunca assisti a uma peça, é a primeira vez”. A apatia da aluna aos olhos da platéia, na verdade, era um imenso choque, uma experiência fascinante, paralisante, revoltante, um encontro com o teatro e uma forma de cultura, negado durante toda sua vida. A atitude paralisante talvez tenha sido também um pouco de vergonha, uma defesa, um medo de transparecer a transformação, a exuberância de sua experiência interior.

Essa experiência abre um desafio angustiante. Como ensinar jornalismo cultural para o aluno excluído das oportunidades sociais? Como ensinar jornalismo para um estudante que não teve espaço para exercer sua cultura? Como ensinar jornalismo cultural para um estudante que nunca teve sua identidade cultural valorizada pela mídia? Como ensinar jornalismo cultural para um estudante que se julga sem “cultura” porque nunca reconheceu sua identidade nos meios de comunicação de massa e por isso acredita que não a tenha?

Todos esses questionamentos refletem o grande impasse do ensino superior no Brasil. O que e como ensinar para esse novo público que chegou às universidades, públicas ou principalmente privadas, através das cotas, dos programas de ingresso, dos cursos noturnos, das bolsas, dos

financiamentos e das facilidades do mercado privado da educação? Nos últimos 15 anos, as matrículas no ensino superior privado cresceram 174%; e no setor público, 79,8 % (Educação, 2007).

A universidade pública sempre atendeu uma clientela homogênea, formada pela classe média. E esse modelo foi sendo repetido por todas as instituições, federais, estaduais e privadas. A política do ensino superior por muitos anos foi baseada nos cursos diurnos, nos processos seletivos que privilegiavam os vestibulares, nos alunos de cursinhos e na escola particular, excluindo o jovem que precisava trabalhar, oriundo de escola pública, de cursos supletivos e de famílias que não chegaram ao terceiro grau.

Somente 12% dos jovens entre 18 e 24 anos cursam o ensino superior, segundo estatísticas do Ministério da Educação (2007). Isso significa que 88% dos jovens que poderiam ter a opção de cursar uma universidade estão no mercado de trabalho, muitos sem qualquer qualificação e perspectiva de melhoria de vida.

Estudo do Banco Mundial, "Jovens em Situação de Risco no Brasil," afirma que a exclusão dos jovens da escola e do mercado de trabalho provocará ao Brasil um prejuízo de R\$ 300 bilhões num prazo de 40 anos. Esse valor corresponde ao que os jovens entre 15 e 24 anos, excluídos da escola e do trabalho, poderiam gerar se tivessem mais acesso à educação (Educação, 2007).

A educação é o segundo maior fator de desigualdade social entre as famílias brasileiras, perdendo somente para o acesso à cultura, segundo o estudo "Gasto e Consumo das Famílias Brasileiras Contemporâneas", desenvolvido pelo Ipea<sup>1</sup>. As famílias com maior poder aquisitivo investem 30 vezes mais em educação do que as famílias pobres. Os gastos com cursos de idiomas superam em até 800 vezes. As despesas com cursos regulares (pré-escola, ensino fundamental, médio e superior) que no biênio 1987/1988 representavam 44,80% dos gastos das famílias brasileiras subiram para 66,47%, de 2002 a 2003 (Educação, 2007).

### **Jornalismo cultural**

As dificuldades do ensino do jornalismo cultural começam pela própria definição. O que é jornalismo cultural? É uma especialização? A pouca literatura revela ser uma área ainda pouco explorada e confundida com o entretenimento. Apesar de o jornalismo especializado já fazer parte dos livros técnicos, a cultura só começou a ser uma área de interesse há poucos anos. Os livros clássicos, como *Jornalismo Especializado* de Mário Erbolato (1981), classificam como

---

<sup>1</sup>Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. O estudo tomou como base a pesquisa de Orçamento Familiar (POF 1987-1988, 1995-1996 e 2002-2003) do IBGE.

especialidades do jornalismo: noticiário esportivo, crônica social, jornalismo científico, cobertura policial, política e administrativa, charges e desenhos, cartas dos leitores, notas de falecimento, editorial, educação e ensino, cobertura judiciária, economia e finanças, ecologia e suplementos e variedades.

O último item inclui uma diversidade de temas como crítica de televisão e rádio e literária, turismo, assuntos femininos, cinema, tempo, horóscopo, efemérides, numismática, automobilismo e até cinofilia e filatelia, entre outros. Todas essas áreas caracterizam o que hoje chamamos de entretenimento e que devemos distinguir de jornalismo cultural.

Aqui também se confunde especialização com editorias. “Entendemos como jornalismo especializado as seções ou páginas diversas de um matutino ou vespertino” (Erbolato, 1981, p. 11). As editorias (divisões por assunto de um jornal) tratam de maneira geral determinado tema e são uma forma de organizar o material por área para o leitor leigo, são elaboradas pelos jornalistas do corpo de redação geral. Já o jornalismo especializado aprofunda o tema e é desenvolvido por um jornalista que possui conhecimentos técnicos e especializados naquela área.

Podemos classificar hoje o entretenimento como programação de filmes, televisão, emissoras de rádio, horóscopo, quadrinhos; enfim, guias de lazer e diversão e atividades ligadas à indústria cultural.

A nova concepção de jornalismo especializado é aplicada pelas grandes empresas.

O desenvolvimento dos meios eletrônicos de comunicação tende a fazer do jornal um veículo de informações mais sofisticadas e de abordagem mais profundas. Esse fato exige do profissional que atua no jornalismo diário um domínio cada vez mais técnico sobre os temas que aborda. Para que este domínio seja profundo, ele terá de ser necessariamente setorial (*Folha de S.Paulo*, 1984, p. 53).

A especialização é uma tendência mundial em comunicação. As emissoras de rede e os impressos de circulação nacionais estão perdendo audiência e circulação em razão da especialização e da grande oferta de veículos e possibilidades tecnológicas de informação (TV fechada, internet, celulares). O “leitor” quer mais conteúdo, quer especialização, quer informação rápida, útil, aplicada. O “leitor médio” não existe mais nem mesmo no imaginário jornalístico.

Jornalistas especializados hoje têm grande poder, uma vez que dominam áreas e conhecimentos de outros setores e categorias, como os especializados em economia que entendem de mercado – economistas e analistas, por exemplo –, e detêm informações privilegiadas de suas áreas.

A Comissão de Valores Imobiliários colocou em consulta pública de 15 de agosto a 17 de setembro a proposta de alteração da instrução 388, que dispõe sobre a atividade de analista de investimento, levantando o debate sobre o papel do jornalista especializado em economia, que recomenda ativo (Alves, 2007). A presidente da autarquia Maria Helena Santana afirma não ter a pretensão de regular a atividade de jornalista de mercado, mas espera que a categoria tome os cuidados necessários para não tirar proveito próprio com as informações que possui.

A Securities Exchange Commission (SEC), americana, tem intervindo no setor processando jornalistas econômicos. O jornal *MarketWatch* recentemente fechou acordo no valor de US\$ 540 mil para encerrar acusação de fraude. Em 2001, a SEC fez outro acordo no valor de US\$ 754 mil (Alves, 2007).

Podemos, então, definir como jornalismo cultural uma especialização do jornalismo que domina as questões culturais da sociedade, suas manifestações, seus agentes, seus mecanismos de expressão, a legislação e as políticas públicas e privadas de fomento. O jornalismo cultural amplo por sua natureza pode ainda se especializar em uma área, como cultura popular, folclore, música, teatro, cinema, literatura, artes plásticas etc... E cada uma dessas subáreas pode ser dividida num mosaico cultural. O jornalismo cultural vai além da cultura ilustrada, ele aborda as formas do viver social. (Basso, 2007)

O jornalista de cultura não é um simples espectador. Seus olhos vão além da experiência estética, da vivência cultural. Ele sabe analisar as manifestações culturais e é, ao mesmo tempo, agente, produtor e crítico dessa cultura.

O jornalismo cultural não deve somente espelhar a cultura de uma minoria social mas também explorar, dar visibilidade às manifestações populares da cultura brasileira, representada por uma enorme classe de excluídos. Ele pode contribuir para a inclusão social, na medida em que mostra na mídia uma nova realidade, o Brasil de verdade, escondido pela exclusão social.

### **Perfil do novo universitário**

A expansão das universidades particulares, principalmente as noturnas, os programas de acesso do governo federal (Prouni)<sup>2</sup>, os processos seletivos mistos e alternativos (Pism)<sup>3</sup>, o sistema de cotas (negros, índios, alunos de escolas públicas), o financiamento das mensalidades (Fies)<sup>4</sup> e as transformações das universidades públicas, que se aproximaram mais da sociedade brasileira, trouxeram para o ensino superior um novo público até então não atendido por esse seguimento.

A estabilidade econômica no país e o barateamento da universidade no ensino particular, provocado pela expansão e concorrência, também possibilitaram o acesso de um novo público. Mais pessoas puderam pagar e conseguiram uma vaga nos processos de seleção mais flexíveis. A universidade particular está na prática realizando o maior papel na inclusão social no setor de educação. Está colocando na sala de aula – ainda que não saiba exatamente como formar o profissional – uma camada que há alguns anos não podia ter, nem desejar, uma formação superior.

A abertura das universidades públicas, o *boom* das escolas particulares e a guerra pelos alunos no mercado privado da educação arrombaram o funil de ingresso. O acesso às universidades públicas ainda é dificultado pelo pequeno número de vagas, mas já não é impossível e ficou mais fácil. Existem as cotas, os programas de ingresso baseado no rendimento anual dos alunos, os financiamentos e as bolsas.

Nas escolas particulares, o processo de seleção é mera formalidade, já que a oferta de vaga é maior. A consequência é que cada vez mais alunos, que não teriam acesso ao ensino superior numa disputa acirrada por vaga, estão conseguindo entrar no terceiro grau, com todas as suas deficiências e limitações. É verdade que, em alguns cursos particulares de pouca oferta e presentes somente em alguns centros do país, a disputa pela vaga continua, mas são cursos de alto custo, como medicina e odontologia, não freqüentados por essa nova clientela.

---

<sup>2</sup> Programa Universidade para Todos, criado pela MP 213/2004 e lei 11096, de 13/01/2005, que concedeu neste ano 32.355 bolsas integrais e 22.857 parciais, num total de 55.212 bolsas em instituições de ensino superior. A meta é alcançar em quatro anos 400 mil novas bolsas. As universidades recebem isenção de alguns impostos.

<sup>3</sup> Programa de Ingresso Misto adotado por algumas universidades federais em substituição ao concurso vestibular, que avalia o candidato ao final de cada ano do ensino médio.

<sup>4</sup> Programa de Financiamento Estudantil, criado em 1999, em substituição ao programa de Crédito Educativo. Atende 449.786 alunos, em 23.035 cursos, num total de R\$ 4,5 bilhões.

Esse novo público é reconhecido nas salas de aula pelos professores e nos processos de avaliação desenvolvidos pelo Inep<sup>5</sup>. As salas de aula do ensino superior hoje são diferentes das de cinco anos atrás.

No Enade<sup>6</sup> (2007), realizado em novembro de 2006, foram avaliados 386.524 estudantes do ensino superior, de um total de 15 cursos, inclusive de comunicação social. Desse total, 53,7% trabalham, 30,5% trabalham e ajudam a família e 20,4% trabalham e recebem ajuda da família.

A renda familiar de 26,1% desses estudantes é de até três salários mínimos (R\$ 1.050,00) e somente nas escolas particulares esse índice pode ficar entre 41 e 54%, de acordo com a região.

Cursaram o ensino médio na rede pública 52,5% e na rede particular 33%. O conhecimento de inglês é nulo para 40,2% e somente 11,1% domina a língua estrangeira. A porcentagem dos pais que estudaram até o ensino médio é de 28,7% e de 1ª a 2ª série é de 26,4%; a das mães é de 31,3% e 24,1%, respectivamente.

Os universitários pesquisados lêem dois livros por ano; 13,1% não lêem nenhum título; 38,2% lêem jornal algumas vezes por semana e 24,2% diariamente; 41,3% preferem, para se manter informados, a televisão; 39,2% a internet, 12,5% o jornal, 4,2% a revista e 2,8% o rádio. As atividades relacionadas a arte e cultura que participam são cinema (52,2%) e shows (23,9%).

O Prouni atende atualmente 55.212 universitários, sendo 32.355 com bolsa integral e 22.857 parcial, nas universidades particulares. O objetivo do Governo Federal é atingir, nos próximos quatro anos, 400 mil novas bolsas. Hoje, na faixa etária de 18 a 24 anos, somente 12% dos jovens chegam ao ensino superior. A expectativa do atual governo é atingir a meta de 30% até o ano de 2010 (MEC, 2007).

Existem hoje no Brasil 791 cursos de comunicação social em 429 instituições de ensino, sendo 682 cursos em instituições particulares e 109 em instituições públicas. O que nos leva a concluir que o novo perfil de aluno está concentrado na rede privada, que engloba 89,8% dos estudantes de comunicação social (Inep, 2007).

## **Novas Práticas Pedagógicas**

---

<sup>5</sup> Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, órgão do Ministério da Educação responsável pela avaliação do ensino e estatísticas educacionais.

<sup>6</sup> Exame Nacional de Desempenho Acadêmico aplicado aos alunos ingressantes e concluintes de todos os cursos superiores, que atribui um conceito de 1 a 5 para os cursos e ainda o IDD (Indicador de Diferença entre os Desempenhos Observado e Esperado). O exame é coordenado pelo INEP.

As práticas pedagógicas adotadas até então no ensino superior não funcionam com esse novo perfil de aluno. Não produzem o perfil do egresso esperado refletindo nas avaliações de ensino oficiais e institucionais, como vem divulgando o Ministério da Educação, através da aplicação do Enade. Também os exames de competências para os formandos de algumas categorias profissionais, como o da OAB<sup>7</sup> (2007), confirmam esse resultado. Segundo a entidade, no último exame, apenas no estado de São Paulo, de 21.774 candidatos somente 2.878 ou 13,12% foram considerados aptos – o pior resultado da história do exame. A maioria não consegue a nota mínima para obter o registro profissional. Ou seja, não está preparada para entrar no mercado de trabalho segundo os critérios de avaliação da própria entidade de classe. Esses exames têm sido contestados, já que avaliam um resultado diferente do objetivo dos cursos, o que seria uma das causas do descompasso nos resultados, além de revelar um total distanciamento do ensino e do mercado.

É preciso então renovar a prática pedagógica. Como? Através da observação direta dos alunos e de seu perfil, do estudo de experiências, da pesquisa e da experimentação. Práticas nem sempre viáveis no nosso sistema pois demanda recursos, interesse e dedicação. Nesse ponto, as universidades públicas podem sair na frente porque podem buscar verbas oficiais para pesquisas, possuem professores pesquisadores com dedicação exclusiva e por haver disponibilidade para aperfeiçoamento de mestrado e doutorado, licenças para o docente participar de congressos, cursos e pós-graduação, apesar de enfrentarem problemas crônicos, como a distribuição de recursos para a educação em geral.

Já as universidades particulares têm mais dificuldade porque as verbas para pesquisas dependem de orçamento próprio. A maioria dos professores é horista e não possui benefícios, como licenças e patrocínio para outras atividades acadêmicas. Experiências vitoriosas vivem e dependem do idealismo e do sacrifício dos educadores.

De maneira geral, o ensino superior no Brasil, seja ele particular ou público, dá muito destaque à transmissão do conhecimento teórico consolidado, mas pouco investe na pesquisa, repetindo práticas profissionais mecanicamente. Existe uma “dicotomia e falta de integração entre a visão acadêmica e a profissional” (Meditsch, 2006, p. 3).

No caso do ensino do jornalismo, o setor enfrenta ainda outras particularidades. Apesar de ser uma profissão regulamentada desde 1969, com exigência do ensino superior, a área de jornalismo ainda sofre preconceito no campo das ciências humanas. Não é reconhecida como ciência e perde espaço para a ciência da informação. Com isso, é uma área em que vários outros

---

<sup>7</sup> Ordem dos Advogados do Brasil.

profissionais dão “palpites” como se fossem especialistas, como psicólogos, administradores, publicitários, sociólogos etc.

O ensino do jornalismo tem ainda outros problemas crônicos: a ausência de áreas de concentração e linhas de pesquisas claras, o distanciamento do mercado de trabalho (as empresas de comunicação não se preocupam com a formação universitária de sua mão-de-obra, apesar de terem dificuldade em encontrar o profissional que querem, colocando a culpa na qualidade das escolas), a falta de vivência do mercado dos professores (muitos nunca pisaram numa redação), a valorização excessiva e exclusiva dos títulos de mestrado e doutorado sem uma aliança com a prática profissional e uma visão técnica da profissão (professores que privilegiam os manuais).

“A miopia tecnicista é uma doença ocular comum entre os profissionais que se tornam professores de jornalismo” (Meditsch, 2006, p. 6). Esses profissionais negam os ensinamentos teóricos, desconhecem a literatura da área, reproduzem o que o mercado vem fazendo (realidade das empresas onde trabalham ou trabalharam), não criticam sua prática profissional e, por isso, se tornam desatualizados com muita rapidez. Nas disciplinas que envolvem tecnologia (radiojornalismo, telejornalismo e webjornalismo), essas deficiências são mais freqüentes. Os manuais de grandes empresas são repetidos; mas não se compreendem suas razões. “É preciso ter claro que o jornalista é acima de tudo um intelectual e a capacidade crítica sua principal competência técnica” (Meditsch, 2006, p. 9).

As técnicas são superadas pela tecnologia, as mídias mudam, as formas de fazer o jornalismo mudam, mas a profissão deve ser sempre encarada como uma atividade intelectual crítica e criativa, imprescindível para a sociedade justa, solidária e democrática. “Passará a mídia, mas o jornalismo não passará. Mas para que ele sobreviva à era da informação é preciso estarmos preparados, e esta preparação passa pela universidade” (Meditsch, 2006, p. 8)

Todavia, o que mais preocupa é a falta de defesa da profissão pelos professores, que chegam a afirmar a seus alunos que é uma área em extinção, instrumento de manipulação contaminada pelo poder político e econômico. Esses professores, na verdade, expressam sua desilusão pessoal com a profissão, muitos estão nas universidades não pela vocação para o magistério mas como opção a um mercado de trabalho cada dia mais difícil, ou um bico para complementar o baixo salário da categoria.

É preciso defender o território e lutar pelo crescimento do campo, pelo seu reconhecimento e auto-estima, recuperando o espírito de corpo, com competências teóricas, pedagógicas e técnica, de forma articulada, tanto em nível nacional quanto

internacional, através das entidades e redes profissionais, de ensino e de pesquisa (Meditsch, 2006, p. 9).

Qualquer que seja a tecnologia aplicada, o jornalismo vai continuar existindo e exigindo um profissional capaz e competente para gerir a informação. Normas técnicas são aprendidas em manuais; mas conhecimento só na universidade.

### **Propostas para ensino do jornalismo cultural**

Incluir uma disciplina com o título Jornalismo Cultural como muitos defendem em várias outras áreas (jornalismo político, do terceiro setor, do meio ambiente) é somente uma satisfação burocrática e uma questão de nomenclatura. É necessário mudar a prática pedagógica e investir durante todo o curso em disciplinas que ofereçam as bases para um profissional que seja um cidadão completo (humanismo), receptivo e apto a desenvolver qualquer área do jornalismo (técnica – experimento).

Para formar esse cidadão completo, é necessário oferecer instrumentos que desenvolvam o espírito crítico, a curiosidade, a vontade constante e ininterrupta de estudar e aprender, a solidariedade e a preservação de valores humanos e culturais. Esses valores podem ser desenvolvidos pelas áreas tradicionais do conhecimento: sociologia, psicologia, história da arte, cinema, antropologia, cultura brasileira e literatura, que oferecem uma formação humanística. Essa visão humanística é fundamental para a formação do estudante em jornalismo cultural. É impossível fazer jornalismo cultural sem essa visão do mundo e sem ser um cidadão consciente de sua presença na sociedade como crítico, agente e produtor de sua cultura. A cultura facilita a capacidade de expressão dos alunos, ajuda na formação da consciência sobre si mesmo e torna o ser humano cidadão. (Piza, 2004).

Na parte técnica, deve-se oferecer as principais teorias e métodos de trabalho historicamente contextualizados, destacando a crítica e o experimento como forma de contestar as práticas profissionais e buscar novas práticas baseadas na pesquisa experimental; construindo, assim, novos métodos e teorias. A universidade não pode repetir os modelos, deve construir outros através da pesquisa, sem desprezar o conhecimento anterior, construído por outras gerações. A única e última teoria da comunicação desenvolvida no Brasil foi a tese de doutorado do professor Luiz Beltrão na década de 1960, sobre Folkcomunicação, ainda hoje pouco estudada e discriminada por alguns acadêmicos.

Além de uma boa matriz curricular com conteúdos atualizados e interligados entre si, é preciso desenvolver atividades extracurriculares em que os alunos possam viver a experiência do novo e o contato com o mercado de trabalho e com a cultura regional, conviver, participar, partilhar e aprender as bases do trabalho de equipe, ainda que essas atividades não estejam ligadas diretamente a um aspecto técnico-profissional. Exemplos: teatro, coral, música, mostra de cinema, mostra de aptidões (festivais de música, dança, exposições), sarau, esporte, festa folclórica.

Os professores devem incentivar atividades, criar oportunidades para os alunos mostrarem seu conhecimento e quebrar o senso comum de que o professor sabe, e o aluno não. Por maior que seja a deficiência do aluno, ele sempre terá uma área de domínio, de interesse, em que ele se sinta à vontade para se manifestar. Isso aumenta sua auto-estima, dá confiança e facilita a troca e a receptividade a novos conhecimentos.

Um dos grandes problemas dos jovens que chegam às universidades hoje é a baixa auto-estima, a depressão, a tristeza, a desilusão com a vida, o desânimo de continuar e aprender. As atividades de valorização do saber já existente conseguem motivar o aluno.

Os professores precisam se despir do preconceito e aceitar a história de vida e a cultura desse jovem que está chegando ao ensino superior. Ensinar para um aluno que nunca precisou trabalhar e sempre teve todas as oportunidades e direitos é muito diferente de ensinar para o estudante que está no mercado de trabalho desde os 14 anos, ajudando na renda familiar. É preciso valorizar as histórias e entender que a ciência não é feita somente de teorias.

Cabe ao professor dosar a utilização do conhecimento anterior com a introdução de novos conceitos, técnicas e teorias, partindo do que os alunos trazem, sob o risco de transformar o ensino em uma “festa” de trabalhos empíricos sem alcançar o objetivo de gerar conhecimento.

O jornalismo cultural não deve ser somente uma cadeira acadêmica, mas, sim, trabalhado em toda a extensão do curso e de forma multidisciplinar, já que não se trata de ensinar uma técnica, mas de vivenciar a própria cultura para aprender a fazer. Podemos, por exemplo, explorar a consciência cultural nas aulas de português, filosofia, sociologia, redação jornalística etc. estudando textos, filmes e outras semióticas.

O ensino do jornalismo cultural para o novo público possui um resultado transformador, porque inclui esse aluno na sociedade através do curso superior e da valorização de seus saberes e de sua cultura e dá visibilidade a esse saber, na medida em que coloca no mercado profissionais

capazes de levar para a grande mídia essa realidade. O profissional vai valorizar as culturas populares e das minorias e dar visibilidade à cultura discriminada e excluída da imprensa de forma geral.

Esse público pode se transformar num agente multiplicador de uma cultura ignorada pela grande mídia, em que predomina a cultura das elites dominantes, dando visibilidade a outras possibilidades culturais e reduzindo as desigualdades.

As escolas não podem continuar no erro de tentar impor aos estudantes a visão dominante de cultura presente na mídia. O ensino deve valorizar e agregar o saber já existente e não impor uma “cultura” de elite.

Primeiro porque é uma violência cultural, segundo porque a experiência desse aluno é completamente diferente da experiência dos agentes daquela cultura de elite. O caminho, então, é aproveitar a experiência do estudante e transformá-lo num agente multiplicador da minoria ignorada pela mídia.

### **Diretrizes**

Algumas propostas podem ser apontadas como tentativas de melhoria do ensino do jornalismo cultural no Brasil:

1. Investir na formação do professor de jornalismo, partindo da idéia de que ele é um profissional e um intelectual, apto a oferecer conhecimento teórico aliado à prática crítica dos instrumentos profissionais;
2. Mesclar o corpo docente com profissionais experientes e pós-graduados (mestrado, doutorado);
3. Reformular os projetos pedagógicos, levando em consideração o novo perfil do estudante de jornalismo, as regionalizações e sua cultura;
4. Procurar as empresas de comunicação e discutir a formação do profissional de forma que atenda às necessidades do mercado e da população;
5. Buscar alternativas de trabalho conjunto com as entidades científicas e profissionais do jornalismo;
6. Não desiludir o aluno ainda no banco da escola, mostrando as possibilidades e responsabilidades do jornalista;
7. Criar a consciência de que o jornalismo é uma área das ciências humanas;
8. Desenvolver pesquisas e trabalhos de extensão comunitária que possam gerar conhecimento, experiência, resultados para a comunidade acadêmica;

9. Reconhecer as teorias como um patrimônio em construção. Não desprezar, mas também não reproduzir simplesmente. Criticar, questionar, aplicar e acrescentar;
10. Equipar as universidades com laboratórios e órgãos laboratoriais;
11. Incentivar os experimentos alternativos de mídia. As mídias tradicionais já são bastante conhecidas;
12. Incluir nas grades disciplinas de formação humanística e cultural;
13. Oferecer nos cursos mecanismo de manifestação das culturas locais e regionais, valorizando os saberes já existentes;
14. Oferecer mecanismos e espaços de manifestação cultural e de áreas de interesse e de livre escolha dos alunos, como teatro, música, folclore, cinema animação etc. sem nenhum tipo de preconceito;
15. Desenvolver atividades que melhorem a auto-estima dos alunos, levando-os a crer que são capazes e que sua cultura é tão importante quanto aquela que costumam ver na grande mídia.

### **Referência bibliográfica**

ABREU, Maria Célia; MASETTO, Marcos Tarciso. O professor universitário em sala de aula. São Paulo: MG Editores Associados, 4ª edição, 1985.

ALVES, Cristina. "CVM diz que não quer controlar jornalistas". *O Globo*, Rio de Janeiro, 18/8/2007, caderno economia, p. 33.

BASSO, Eliane Corti. "Jornalismo cultural: subsídios para uma reflexão". Disponível em <http://jsfaro.pro.br/eliane.shtml>. Acesso em 25/8/2007.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Relatório Enade 2006. MEC/INEP/Deaes. Brasília. Disponível em [www.inep.gov.br](http://www.inep.gov.br).

BRASIL. Ministério da Educação. "Padrões de qualidade para cursos da área de comunicação social – jornalismo". Secretaria de Educação Superior, Coordenação das Comissões de Especialistas de Ensino. Brasília: Ministério da Educação, 2005. Disponível em [www.mec.gov.br](http://www.mec.gov.br).

BRASIL. Ministério da Educação. "Diretrizes curriculares da área de comunicação e suas habilitações". Brasília: Ministério da Educação, 2001. Disponível em [www.mec.gov.br](http://www.mec.gov.br).

BRASIL. Ministério da Educação. Disponível em [www.mec.gov.br](http://www.mec.gov.br). Acesso em 24/8/2007.

ERBOLATO, Mario. *Jornalismo especializado*. São Paulo: Atlas, 1981.

FARO, J.S. "Nem tudo que reluz é ouro: contribuição para uma reflexão teórica sobre o jornalismo cultural". Disponível em <http://jsfaro.pro.br/>. Acesso em 25/8/2007.

FENAJ. "Programa nacional de estímulo à qualidade da formação profissional dos jornalistas". In: Congresso Nacional dos Jornalistas, Vila Velha, 1997.

FOLHA DE SÃO PAULO. *Manual geral da redação*. São Paulo: Folha, 1984

LUYTEN, Joseph M. *Sistemas de comunicação popular*. São Paulo: Ática, 1988.

MEDITSCH, Eduardo. "Novas e velhas tendências: os dilemas do ensino de jornalismo na sociedade da informação". In: 9º Encontro do Fórum Nacional de Professores de Jornalismo, 28/04/2006, Campos de Goytacazes, Rio de Janeiro, palestra de abertura.

Ordem dos Advogados do Brasil. Disponível [www.oabsp.org.br](http://www.oabsp.org.br). Acesso em 24/8/2007.

PIZA, Daniel. *Jornalismo cultural*. São Paulo: Contexto, 2004.

"Prejuízos da exclusão". *Educação*, São Paulo, Editora Segmento, agosto 2007, ano 11, número 124, p. 20.

\* **Marina de Magalhães Souza** é bacharel em comunicação social (jornalismo) pela Universidade Federal de Juiz de Fora, especialista em jornalismo pela mesma instituição e mestre em comunicação e cultura pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Há seis anos atua como coordenadora pedagógica e docente do curso de comunicação da Universidade Presidente Antonio Carlos (Unipac) em Juiz de Fora/MG. Atuou por 20 anos como repórter, editora, secretária de redação e chefe do departamento de jornalismo de jornais impressos e emissoras de rádio.

